



20.09.2023

CORROIOS | SEIXAL

IV CONFERÊNCIA SINDICAL

Intervenção de Cristina Torres

VICE - PRESIDENTE DO STAL

AGIR, LUTAR E CONQUISTAR. DEFENDER E VALORIZAR A CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Bom dia camaradas

Esta força imensa, com a garra e a firmeza que nos caracteriza, é a primeira e a mais importante linha de defesa dos trabalhadores da Administração Local e Regional

Defesa que, quando organizada e consciente, se transforma em conquistas, em melhores condições de vida e de trabalho

É esse o nosso papel, camaradas.

Estar nos locais de trabalho, ouvir, ver, discutir, debater, unir, organizar, dinamizar, agitar, lutar e conquistar

É este o caminho certo e necessário, é para isso que são eleitos os dirigentes e os delegados sindicais

Camaradas

Vivemos num país que afinal são dois!

O país da ilusão, alimentada todos os dias pela gigantesca máquina de propaganda do governo do PS; e o país em que vivem os trabalhadores! O país onde as "contas certas" de uns são o desacerto de vida de milhões de trabalhadores! O país onde 20 empresas ou grupos delas, arrecadam 25 milhões de lucro ao dia enquanto milhões de portugueses esgravatam a vida para poder ter pão e tecto!

Um país governado por um partido dito de esquerda, mas que apenas pratica políticas de direita! Um governo que, ao invés de defender o seu povo e os seus trabalhadores, se põe ao lado, protege e beneficia os exploradores!

Vivemos num país onde é urgente repor justiça, distribuir a riqueza, colocar a política pública ao serviço de quem vive do seu trabalho e não do capital financeiro

Camaradas

A contratação colectiva é garantia de direitos!

Através da contratação colectiva os trabalhadores asseguram a fixação e a actualização dos salários; a regulação dos horários e a sua duração máxima diária e semanal; o reconhecimento das qualificações e a definição das funções, categorias, enquadramentos e carreiras profissionais; a estabilidade dos vínculos contratuais e a proibição dos despedimentos sem justa causa; o direito a dias de descanso e a férias pagas; as condições de deslocação em serviço; o pagamento de trabalho suplementar, de trabalho nocturno e subsídio de turno; o reconhecimento da penosidade do trabalho; o direito à formação profissional; as condições de prestação de trabalho em regime de turnos e as medidas de prevenção dos riscos profissionais; cantinas e refeitórios, assistência médica, creches e infantários, e muitos outros direitos laborais e sociais.

Impõe-se combater todos os bloqueios à negociação e contratação colectiva - que efectivamente melhora as condições de trabalho, porque é esta que está bloqueada! Exige-se o cumprimento do direito de negociação colectiva na Administração Pública.

Na Administração Local com muita luta, negociação e assinatura de ACEPs, vencemos a batalha das 35H e vamos vencer a batalha da recuperação dos 25 dias de férias, assim os trabalhadores, com o seu sindicato de classe, tenham a força necessária para obrigar os eleitos locais, a sentarem-se à mesa da negociação.

A poucos dias da apresentação do Orçamento do Estado para 2024, a Proposta Reivindicativa Comum para 2024, (que está em discussão e tem Cimeira de Sindicatos e entrega ao Governo, marcadas para a próxima semana, dia 27) contém as soluções para os problemas que a Administração Pública enfrenta: aumentos salariais que permitam repor o poder de compra (15%, com 150€ de aumento, no mínimo), a revogação do SIADAP, a correção da TRU, a valorização das carreiras profissionais, o fim da precariedade e o investimento na capacidade de resposta dos Serviços Públicos.

Nas empresas municipais, apesar do avanço significativo nos últimos anos, a verdade é que muitas resistem à negociação, tentam impor restrições, tentam decalcar o que de pior tem a Administração Pública, como é exemplo, o sistema de avaliação por quotas ou reduzir as profissões e funções dos seus trabalhadores a carreiras gerais ou, depois de assinado, esquecem-se que são para cumprir na íntegra, nomeadamente, a disposição que obriga à revisão anual de salários e restantes matérias pecuniárias.

Camaradas

Impõe-se intensificar a acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho, com vista a concretizar o pleno exercício do direito de negociação em todos os processos negociais, seja na Administração Pública com a Frente Comum, seja no sector empresarial local, do Estado ou do privado, objectivo de importância central para assegurar o aumento dos salários, a valorização profissional e a estabilidade no trabalho, a defesa dos direitos e a melhoria das condições de vida e de trabalho, negociação e contratação coletiva que os governos têm inteira obrigação de respeitar e promover.

E, camaradas, impõe-se que a condução dos processos reivindicativos, de luta e negociação na contratação colectiva sejam sempre articulados entre as DR e DN e, vice-versa

Impõe-se exigir a reposição das condições que garantam a efectivação do direito de contratação colectiva consagrado na Constituição, o que passa por revogar as normas relativas à caducidade das convenções e repor as disposições anteriores ao código do trabalho de 2003, nomeadamente o princípio da renovação automática das convenções e do tratamento mais favorável ao trabalhador.

A História mostra que só organizados em sindicatos de classe, profundamente ligados aos locais de trabalho, conhecedores dos problemas e activos defensores dos direitos e interesses de quem trabalha, os trabalhadores podem aspirar a melhorar as suas condições de vida e de trabalho.

Camaradas,

para terminar, permitam-me que vos leia um pequeno texto de Mário Viegas. A nêspera:

Uma nêspera estava na cama, deitada, muito calada, a ver o que acontecia. Chegou a Velha e disse: olha uma nêspera e zás comeu-a! É o que acontece às nêsperas que ficam deitadas, caladas, a esperar o que aconteça!

Há quem nos queira quietinhos e bem-comportados, mas daqui só levam determinação, firmeza e luta!

Somos gente de garra, firmes e persistentes, não viramos a cara aos problemas, não fazemos de conta que não vemos ou não ouvimos. Não vamos, estamos nos locais de trabalho! Não vamos à luta, nós somos o motor, o coração da luta organizada dos trabalhadores da Administração Local.

Estivemos, estamos e estaremos na luta, que é de resistência, avanços e recuos, uma luta para a qual os trabalhadores têm no STAL, nos seus dirigentes e delegados sindicais, os que estarão sempre na primeira linha do combate.

Viva o STAL

Viva a CGTP-IN

Viva os trabalhadores